


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0008644-29.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Declaração de Ausência - Registro de Óbito após prazo legal**  
 Requerente: **Maria Edileusa da Silva Vieira e outros**  
 Requerido: **João Paulo Vieira**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **VILSON PALARO JUNIOR**

Proc. 878/2013

Vistos.

**Maria Edileusa da Silva Vieira e outros**, qualificados nos autos, ajuizaram presente ação de DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA em face de **João Paulo Vieira**, alegando, em síntese, que o requerido, sofria de etilismo crônico acentuado (CID F-10.2) e epilepsia restando certo que em 13 de junho de 2010 teria sofrido uma convulsão, razão pela qual teria ficado desorientado e que, ao amanhecer do dia a autora não mais o encontrou em sua residência, tendo iniciado buscas junto a hospitais, IML e locais que o requerido costumava frequentar sem, contudo, encontrá-lo, de modo que em 01 de julho de 2010 teria lavrado Boletim de Ocorrência comunicando seu desaparecimento, bem como realizado publicação junto ao jornal "Primeira Págon", e que até os dias atuais não se tem notícias acerca do paradeiro do requerido, esclarecendo que em 14 de outubro de 2010 ajuizou ação declaratória de ausência c.c pedido de concessão de benefício previdenciário junto à 2ª Vara Federal desta Comarca em que foi reconhecida a morte presumida do requerido lhe tendo sido concedida a respectiva pensão por morte, à vista do que pretende seja aqui também reconhecida a morte presumida, lavrando-se o respectivo registro de óbito.

Determinada a emenda da petição inicial, pois a situação desenhada na exordial não se amoldava às hipóteses legais para decretação de morte presumida, o vício foi sanado.

Foram realizadas consultas de praxe na tentativa de localização do requerido e os resultados foram negativos.

Aberta vista ao Ministério Público, este concordou com o pedido formulado na inicial.

O Ministério Público deixou de funcionar nos autos em razão do que dispõe o Ato Normativo nº 168/98 – PGJ – CGMP de 21 de dezembro de 1998 (fls.164/167). Anote-se.

É o relatório.

DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, conforme permite o artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, à vista das provas existentes nos autos, suficientes para o deslinde da questão.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O instituto da ausência é regulado pelos artigos 22 e seguintes do Código Civil.

O ausente, segundo a definição legal, é aquele que desapareceu de seu domicílio sem dar notícias de seu paradeiro e sem deixar representante ou procurador que administre seus bens.

Consoante a prova documental constante dos autos, o requerido, há mais de dez anos, está desaparecido e as tentativas de localizá-lo foram infrutíferas.

A busca realizada em órgãos públicos, sem sucesso, permite considerá-lo “pessoa ausente”, conforme definição prevista em lei.

Está, portanto, desaparecido de seu domicílio sem deixar mandatários ou representantes que administrem seus bens.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado e reconheço a ausência de JOÃO PAULO VIEIRA por sentença, nos termos dos artigos 22 a 24 do Código Civil, nomeando para a curadoria definitiva a autora MARIA EDILEUSA DA SILVA VIEIRA, a quem caberá a administração dos bens que forem encontrados em oportuna arrecadação, cujo auto determino seja lavrado, nos termos do artigo 25, do Código Civil, observando-se que a curadoria cessará pelo comparecimento do ausente, de seu procurador ou de quem o represente, pela certeza de sua morte ou pela abertura da sucessão provisória.

Servirá a presente, por cópia digitada, como MANDADO DE AVERBAÇÃO ao 1º Cartório de Registro Civil e das Pessoas Naturais desta Comarca, para registro da ausência, na formada lei, tal como exigidos pelos arts. 29, VI e 94, ambos da Lei nº 6.015/73.

Com o trânsito em julgado da presente sentença, intime-se a Sr.<sup>a</sup> Curadora para vir em cartório para subscrever o competente termo de curador de ausente para bem desempenhar tal encargo.

A autora deverá proceder à arrecadação dos bens do ausente, identificando-os e descrevendo-os de forma discriminada, por meio de seu advogado.

Após a discriminação dos bens, publique-se edital durante um ano, a cada dois meses, chamando o requerido a entrar na posse de eventuais bens existentes, nos termos do artigo 745 do CPC.

Observe, por fim, que decorrido um ano após a data da publicação do primeiro edital, uma vez presentes as condições do artigo 745, §1º, do CPC, os interessados, na forma do quanto preceitua o art. 27, do CC, poderão requerer a abertura da sucessão provisória.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 23 de agosto de 2018.

**Vilson Palaro Júnior**  
**Juiz de direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**